

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 27/07/2015 - Edição 1319

Sindicato dos Vigilantes do Amazonas promove festa e reforça necessidade de mobilização da categoria



CNTV participou do evento e levou apoio aos companheiros de Manaus. Presidente do Sindevam, Valderli Bernardo, lembrou das conquistas da categoria.

Nada Quase cinco mil pessoas compareceram à Festa dos Vigilantes realizada neste sábado (25), na sede do Clube dos Vigilantes, em Manaus (AM). Promovido pelo Sindicato dos Vigilantes de Manaus (Sindevam), o evento foi também um momento para reforçar a necessidade de mobilização da categoria para enfrentar os desmandos do governador José Melo de Oliveira, que vem tentando tirar o emprego de mais de quatro mil vigilantes.

Com comidas e bebidas à vontade, os vigilantes e seus

familiares puderam aproveitar um dia de descanso ao som de bandas locais. As piscinas estavam todas liberadas e a criançada se divertiu com palhaços e brinquedos.

O presidente da entidade, Valderli

Bernardo, lembrou as conquistas da entidade como a reforma do clube para que os vigilantes possam aproveitar momentos de lazer, o plano de saúde, os convênios que beneficiam a categoria, a parceria com a Yamaha de São Paulo que permite aos companheiros a compra de motos a preço de fábrica, entre outras.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, a festa teve sua missão cumprida. “Foram quase cinco mil pessoas preocupadas com seus empregos renovando sua disposição de lutar para garanti-los”, afirmou.

Além de Boaventura, também participaram do evento representando a CNTV o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia, Paulo Tico, e o diretor Financeiro da entidade, Marinor Gomes de Souza Filho.

Fonte: CNTV



SVNIT garante indenizações integrais aos vigilantes da Facility/Prol e dá início às homologações



Svnit garante direitos dos 24 trabalhadores demitidos injustamente pela Facility/Prol

O Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região (SVNIT) iniciou, nesta sexta-feira (24), as homologações dos vigilantes da empresa Facility/Prol que prestavam serviços à Imprensa Oficial, em Niterói. O trabalho só foi possível após a direção da entidade recorrer ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para buscar uma mediação entre Sindicato, empresa e o contratante para garantir que as rescisões trabalhistas não fossem parceladas. O SVNIT foi contra qualquer tipo de descumprimento da CLT. Ao todo, 24 vigilantes foram demitidos injustamente pela empresa.

A reunião que garantiu o pagamento integral dos direitos trabalhistas aconteceu no dia 17 de julho na sede do MPT, em Niterói, onde o Sindicato responsabilizou a Facility/Prol e a Imprensa Oficial pela não quitação das dívidas trabalhistas dos vigilantes.

Para o vigilante Marcelo de Almeida Cepeda, supervisor na Imprensa Oficial e com seis anos de empresa, revelou a decepção com a condução da Facility/Prol pelo descaso com as pessoas.

“Fiquei bem decepcionado por que não só eu, mas 24 colegas desempregados e pais de família fomos literalmente tratados como lixo por quatro meses. Só queríamos

os nossos direitos como FGTS, nossa rescisão e o auxílio desemprego, nada demais. Tínhamos colegas com 16 anos de serviço na Imprensa Oficial. O Sindicato foi excelente na parte dele de correr atrás pra gente. Só tenho a agradecer, por que, provavelmente, se não tivesse apoio do Sindicato não estaríamos agora aqui recebendo nossos direitos”, disse.

O presidente do Sindicato, Cláudio Vigilante, atribuiu a garantia dos direitos dos trabalhadores ao respeito conquistado pela entidade nos órgãos da Justiça.

“Para nós foi uma vitória. Jamais permitimos parcelamento ou apenas liberação de guias para saque do FGTS em nossas homologações. Nosso sindicato trabalha para garantir os direitos dos vigilantes. Não compactuamos com qualquer outra forma que não seja a descrita na lei. Garantir o não parcelamento dessas rescisões é uma vitória para esses 24 guerreiros que vinham sofrendo há vários meses com salários atrasados, não pagamento de tíquetes alimentação e, no final, foram demitidos injustamente. Chamamos a Imprensa Oficial na sua responsabilidade que é solidária e garantimos a retenção de faturas para os pagamentos das indenizações. Para nós foi uma vitória de uma obrigação nossa que

é trabalhar para o vigilante”, declara Cláudio.

As homologações realizadas nesta sexta-feira (24) ainda receberam ressalvas do Sindicato que

entende que outros direitos ainda podem ser buscados pelos trabalhadores da Facility/Prol. O departamento jurídico do SVNIT já estuda, caso não haja acordo numa próxima reunião, buscar o auxílio da Justiça para garantir mais direitos.

O vigilante André Miguel atuou oito anos na Imprensa Oficial, também afirmou que os trabalhadores foram humilhados.

“Somos 24 vigilantes desempregados, sem auxílio nenhum. A empresa não cumpria com seus deveres. Graças ao Sindicato que foi no Ministério Público com a gente e eu, particularmente, participei da reunião representando os meus colegas e, realmente, presenciei que o Sindicato batalhou pra gente conseguir com êxito essa vitória que está acontecendo agora. Eu espero que as empresas cumpram com suas obrigações e que não façam mais isso com vigilante nenhum, pois todos somos chefes de família e temos que levar o nosso ganha-pão para dentro de casa”, acrescenta.

O Sindicato denunciou a manobra do Estado em trocar a segurança privada, feita por vigilantes, por policiais militares do PROEIS para fazer a guarda do patrimônio, prerrogativa dos vigilantes. As ações cabíveis serão tomadas pela entidade contra a própria imprensa oficial que utiliza da guarda do Estado, porém possui mais de 50% de seu capital sendo privado.

Piso Nacional

Os trabalhadores aproveitaram que estão no Sindicato para as homologações e também apoiaram a campanha pelo Piso Nacional dos Vigilantes de R\$ 3 mil encampada pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e pelo SVNIT.

Fonte: Svnit

Vigilantes da Sitran têm intervalo intrajornada garantido no DF



O procurador Luís Paulo Villafane Gomes Santos, do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), firmou Acordo Judicial com a Sitran Empresa de Segurança Ltda., obrigando o cumprimento da determinação legal que prevê intervalo intrajornada de no mínimo

uma hora, principalmente para os empregados que cumprem o regime de 12x36.

O documento assinado perante o juiz Augusto César Alves de Souza da 15ª Vara do Trabalho de Brasília ainda prevê multa de R\$ 500 por trabalhador encontrado em situação

irregular. O intuito é garantir que o horário de refeição seja respeitado e que o vigilante goze de tempo de descanso e de alimentação para dar prosseguimento a sua jornada.

A homologação ocorre após o MPT-DF constatar que empregados praticavam a jornada corrida de 12 horas, sem qualquer intervalo. Segundo o procurador Luís Paulo Villafane, “o MPT apresentou uma série de cartões de pontos e contracheques que provam a ausência da concessão do intervalo e, por consequência, seu pagamento com o adicional de hora extra”.

Ele ainda lembra que o período de descanso é fundamental para segurança e saúde do trabalhador. A escala de 12 horas ininterruptas de trabalho torna ainda mais grave o ilícito.

A empresa conta hoje com 330 vigilantes.

Fonte: MPT-DF

Bancários de Mato Grosso cobram sansão de Lei de segurança bancária em Várzea Grande



Bancários de MT fazem Ato Público em frente à Agência do Bradesco na Avenida Couto Magalhães

A direção do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (SEEB/MT), nesta quinta-feira (23/07), percorreu o Centro Financeiro de Várzea Grande para chamar a atenção da sociedade e da prefeita Lucimar Campos da necessidade da implantação de uma Lei de Segurança Bancária que obriguem os Bancos implantarem itens de segurança.

A mobilização começou Ato Público em frente à Agência

do Bradesco na Avenida Couto Magalhães e percorreu várias agências bancárias, principalmente, do Itaú e do Bradesco que são os bancos que menos adotaram os mecanismos de segurança. A atividade foi encerrada na agência do Itaú, localizada no Bairro Cristo Rei, que somente, agora, após ser assaltada duas vezes em menos de 40 dias será instalada a porta giratória com detector de metais, mais ainda faltam muitos outros itens importantes para a segurança dos clientes e funcionários.

Segundo o presidente do SEEB/MT e bancário do Bradesco, José Maria Guerra, o Sindicato tem articulado a implantação de um código de postura e de segurança em Várzea Grande que obrigue os bancos adotarem itens de segurança para assegurar a integridade física, emocional e patrimonial dos clientes, usuários e funcionários do sistema financeiro no município. “Agora, após os vereadores aprovaram o Projeto de Lei N° 34/2015 é preciso que a prefeita Lucimar Campos sancione e garanta mais segurança aos clientes, usuários e funcionários das agências em Várzea Grande, por isso estamos nas ruas e nas agências pedindo o apoio da sociedade, pois é a população que sente na pele a falta de investimento das instituições financeira em segurança”, afirma.

O presidente da Central Única de Mato Grosso (CUT/MT) e bancário do Bradesco, João Luiz Dourado, também destacou a importância da aprovação da Lei em Várzea Grande. “Apesar dos lucros exorbitante dos Bancos eles não estão preocupados com a falta de insegurança nas agências bancárias, não estão preocupados com o prejuízo dos clientes e da falta de insegurança

que tem levado muitos bancários e bancárias ao adoecimento”, crítica

O vereador e bancário do Santander, Arilson Silva, enfatizou a importância da Lei de Segurança Bancária, de sua autoria, já aprovada em Cuiabá. “Os biombos são barreiras em frente aos caixas que garantem o sigilo para aqueles clientes que vão fazer o saque e outras transações bancárias, reduzindo as chances dos bandidos identificarem as possíveis vítimas. Com a Lei de Segurança, que obrigou a instalação dos biombos houve uma redução de 80% no registro das saídas de banco”, argumentou o Vereador.

A manifestação foi aplaudida pelos clientes e usuários das agências que foram visitadas pelos dirigentes do Sindicato. De acordo com um empresário e cliente do Itaú, ele foi assaltado duas vezes na saída da agência após saques e por isso apoia e também pede que a prefeita sancione o projeto o mais rápido possível. A prefeita tem até 180 dias para sancionar ou vetar o projeto.

Projeto de lei

O projeto de lei de Segurança Bancária (Projeto de Lei 34/2015), de autoria do vereador Ivan dos Santos Oliveira, (Ivan do PT/VG). Mas, agora, é preciso que a prefeita de Várzea Grande, Lucimar Campos, sancione o projeto.

O projeto aprovado, semelhante ao de Cuiabá, foi desenvolvido pela Contraf-CUT, com base em estudo feito ao longo de anos, acompanhando as estatísticas de crescente violência em agências e postos de atendimento.

Entre os destaques do projeto estão a obrigatoriedade dos bancos instalarem fachadas blindadas nas agências, guarda volume, portas giratórias com vidros blindados e com detector de metal, instalação de câmeras de segurança com imagem em alta definição dentro e fora das agências, e ainda reforça a lei que determina a instalação dos biombos (barreiras visuais) entre os caixas.

Outro destaque da Lei diz respeito aos vigilantes, estes são proibidos de exercer qualquer atividade que não seja de segurança. Há muitos casos onde estes profissionais têm que distribuir senha e até auxiliar os clientes dentro do banco.

Fonte: Seeb-MT

**VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS**

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

URI global union CUT BRASIL

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF